

O mutualismo operário em Cachoeira (RS): três abordagens possíveis

Icaro Bittencourt

Mestrando do PPG em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Bolsista CNPq

Resumo: Este texto pretende demonstrar a plausibilidade de três abordagens sobre sociedades mutualistas operárias em Cachoeira (RS) durante a Primeira República, são elas: 1) a caracterização institucional das mutuais (incluindo o modelo organizativo, a orientação teórico-política e as características dos sócios); 2) o estudo de suas atividades, como as comemorações de 1º de Maio e 3) suas relações com a formação do mercado de trabalho livre em Cachoeira. Para isso, serão apresentadas algumas conclusões das duas primeiras abordagens, realizadas em pesquisas anteriores, procurando estabelecer a necessidade de efetuarmos a terceira abordagem. As duas associações objetos da pesquisa são as Sociedades Beneficentes Liga Operária Internacional Cachoeirense e União Operária 1º de Maio, fundadas respectivamente em 1897 e 1900.

Palavras-chave: Mutualismo operário; Formação do mercado de trabalho livre; Cachoeira.

Três dificuldades aparecem de imediato na tentativa de reconstruir as experiências históricas do mutualismo operário em Cachoeira durante a Primeira República.

Uma delas se refere aos poucos estudos específicos sobre o mutualismo no Brasil, em geral, e no Rio Grande do Sul, em particular. Excetuando artigos, capítulos de livros e comunicações em eventos, apenas duas obras podem ser consideradas de envergadura sobre o tema, no sentido de que se concentraram exclusivamente na pesquisa de sociedades de socorros mútuos, são elas: o livro de Tânia Regina de Luca sobre o mutualismo em São Paulo e a tese de doutorado de Adhemar Lourenço da Silva Jr. sobre o mutualismo no Rio Grande do Sul.¹

Outra dificuldade refere-se à história do município de Cachoeira, que pouco avançou em relação aos trabalhos dos historiadores das décadas de 1920 e 1930, como Aurélio Porto.

¹ LUCA, Tânia Regina de. *O Sonho do Futuro Assegurado: o mutualismo em São Paulo*. São Paulo: Contexto, 1990; SILVA JR., Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas* (Estudo centrado no Rio Grande do Sul - Brasil, 1854-1940). Tese de doutorado. Porto Alegre: FFCH-PUCRS, 2004.

Esse aspecto é ainda mais agravante para o nosso caso, já que redundou numa inexistência, nas produções historiográficas, de um contexto histórico da cidade na Primeira República e, além disso, numa lacuna em relação à história dos trabalhadores e de suas organizações na cidade.

Nessa última característica reside justamente a terceira dificuldade, relacionada ao tema deste evento, que é a existência de vestígios numerosos sobre as organizações operárias na cidade e que até a presente pesquisa estavam praticamente inexplorados. Resulta daí que a tentativa de reconstruir a história do movimento operário em Cachoeira exige um esforço expressivo, na medida em que é preciso superar a lacuna sobre a história do município na pesquisa direta das fontes, muitas ainda dispersas.

Assim, essa tarefa de tentar reconstruir a história de duas associações operárias em Cachoeira, as Sociedades Benéficas Liga Operária Internacional Cachoeirense e União Operária 1º de Maio, fundadas respectivamente em 1897 e 1900, exigiu a construção de um plano de pesquisa, baseado em algumas escolhas analíticas, que propiciasse uma “chave de leitura” para o nosso tema.

Para isso, foi necessário o diálogo constante entre a historiografia disponível e as fontes encontradas, resultando no esboço de três abordagens que, apesar de complementares, apresentam especificidades: 1) a caracterização institucional das mutuais (incluindo o modelo organizativo, a orientação teórico-política e as características dos sócios); 2) o estudo de suas atividades, como as comemorações de 1º de Maio e 3) suas relações com a formação do mercado de trabalho livre em Cachoeira.

Na discussão historiográfica, as principais contribuições vieram, além dos estudos específicos sobre o mutualismo citados anteriormente, dos numerosos estudos em história social do trabalho que foram desenvolvidos nas últimas décadas no Brasil e no Rio Grande do Sul, dentre eles, os trabalhos de Cláudio Batalha, Silvia Petersen, Beatriz Loner, Benito Schmidt, Isabel Bilhão, Alexandre Fortes, entre outros. Essas leituras auxiliaram na delimitação de nossos objetivos e em diversas problemáticas em relação aos temas de pesquisa, já que refletiram, direta ou indiretamente, sobre o mutualismo e as relações de trabalho em diferentes contextos.²

² BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Unicamp, 2004; PETERSEN, Silvia R. F. “*Que a União Operária seja nossa pátria!*”: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: Ed. da UFSM, Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001; LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Ed. da UFPEL, São Paulo: Unitrabalho, 2001; O movimento operário. In: HEINZ, Flávio; AXT, Gunter (coord.). *História Geral do Rio Grande do Sul*. República

Argumentando sobre as duas primeiras abordagens (caracterização institucional e das atividades associativas) observamos que são estas as mais recorrentes dentro da historiografia do movimento operário e as que mais diretamente são proporcionadas pelas fontes institucionais encontradas sobre as associações cachoeirenses: livros de atas, listas de sócios, livros-caixa, excertos de estatutos.

Além disso, as inúmeras referências e notícias sobre as associações num dos jornais da cidade, *O Commercio*, revelam muito das atividades das mesmas, principalmente as comemorações de 1º de maio e as percepções sobre elas.

Destarte, desconhecidas a maioria das características e atividades dessas organizações operárias cachoeirenses pela historiografia, era imprescindível tentar reconstruí-las e compará-las com as de outras organizações em outros contextos.

Os resultados preliminares dessas duas abordagens foram tema de nossa monografia de conclusão de curso, na qual esboçamos algumas conclusões prévias, apresentadas sinteticamente abaixo.³

Além dos socorros que caracterizariam as sociedades mutualistas, as associações de Cachoeira possuíam na sua nomenclatura a palavra “Beneficente”, no entanto, a beneficência era entre os sócios e não, como em outros casos, instituições de “caridade” aos desfavorecidos de fora das associações, pois a beneficência e os socorros eram direito apenas dos sócios em dia com as mensalidades, portanto, era uma beneficência própria do mutualismo operário e não de instituições de caridade. Essa característica relacionava-se também ao caráter mais autônomo relacionado à nomenclatura “beneficente” prescrito na legislação nacional sobre a previdência, como destacou Silva Jr:

As próprias entidades aproveitavam uma brecha da lei, que distinguia montepios e mutuals, por um lado, e sociedades beneficentes (destinadas a socorrer terceiros), de outro, com essas gozando de autocefalia. Dessa forma, as sociedades de socorros mútuos no Brasil costumavam se autodenominar

Velha (1889-1930). V. 3. Tomo I. Passo Fundo: Méritos, 2007. SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa*: a história de dois líderes socialistas. Porto Alegre: Palmarinca/FUMPROARTE, 2004; BILHÃO, Isabel. *Identidade e trabalho*: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896-1920). Tese de doutorado. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2005; FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito*: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. Caxias do Sul: Ed da UCS, Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

³ Aqui, por falta de espaço, são apresentadas poucas conclusões e ainda de forma simplificada. Para um panorama mais completo das mesmas ver: BITTENCOURT, Icaro. *O Mutualismo Operário em Cachoeira (1897-1923)*: o caso das Sociedades Beneficentes Liga Operária Internacional Cachoeirense e União Operária 1º de Maio. Trabalho de Conclusão de Curso. Santa Maria: UFSM, 2008.

também “sociedades beneficentes [...]”⁴

Mas só afirmar que a Liga e a União eram sociedades mutualistas não diz muita coisa, pois devemos estabelecer que tipo de mutuais elas eram. Segundo Tânia de Luca, a diversidade de formas do mutualismo comporta as de caráter étnico, classista, de bairros, de empresas, de órgãos públicos, entre outras.⁵

Nessa perspectiva, podemos excluir o caráter étnico, já que as mutuais operárias não faziam restrição quanto à etnia do sócio, isso provado pela diversidade dos seus integrantes. Até mesmo porque a fundação de uma mutual étnica como a Sociedade Italiana Príncipe Umberto, em 1912, deve ter advindo da percepção de uma lacuna que as sociedades operárias devem ter deixado nesse tipo de representação de interesses.

Assim, como as mutuais pesquisadas não teriam origem em órgãos públicos, nem em empresas e não se restringiam a nenhum bairro, já que eram de dimensão municipal, sobra a caracterização de classista, para o leitor podendo parecer uma obviedade, já que no nome das sociedades constava a palavra operário.

No entanto, nesta pesquisa, essa conclusão não é tão automática assim, pois também eram sócios das mutuais diversos industrialistas, comerciantes e profissionais liberais da cidade. Situação que, para alguns autores como Tânia de Luca, dilui o caráter classista e atesta o caráter “aberto” desse tipo de associação, como se fosse um “mutualismo sem fronteiras”.⁶

Porém, parece mais acertada a abordagem de Silva Jr., quando se deparou com semelhante situação: “naquele trabalho [de Tânia de Luca] as entidades que genericamente faziam referências ‘à condição de trabalhador, ao trabalho, ou a símbolos que lhes são próprios’ foram classificadas como abertas, ao passo que aqui foram incluídas entre as entidades classistas”.⁷

A concordância com a opção do autor vem da interpretação de que, se conceituarmos essas associações como abertas, pode-se desconsiderar ou ocultar o papel desempenhado por suas estratégias públicas no sentido de promover certa idéia de trabalho e de trabalhador da qual patrões e profissionais liberais também compartilhariam, senão para si mesmos, pelo menos em relação aos operários. Conceituá-las como abertas seria privilegiar o caráter de fechamento das sociedades como parâmetro da definição, não importando as atividades

⁴ SILVA JR., Adhemar Lourenço da. Estado e Mutualismo no Rio Grande do Sul (1854-1940). In: HEINZ, Flávio; HERRLEIN JR., Ronaldo (org.). *Histórias Regionais do Cone Sul*. Santa Cruz (RS): EDUNISC, 2003, p. 409-10.

⁵ LUCA, op. cit.

⁶ Ibid, p. 160-161.

⁷ SILVA JR., op. cit., 2004, p. 142.

desenvolvidas pelas mesmas na sua trajetória e a representação de interesses que poderiam ter efetivado.

Portanto, conceituamos as sociedades mutualistas Liga e União Operária como sociedades classistas, apesar de podermos matizar de forma mais aprofundada a plausibilidade da aplicação do conceito de classe para essa composição heterogênea de sócios. Entretanto, essa tarefa ficará para trabalhos posteriores. Prefere-se, no momento, correr o risco de definir temporariamente mal e de forma obscura os objetivos de certas estratégias públicas do que proceder a uma conceituação que as ignore.

É importante ressaltar que a Liga e a União, em certos momentos, participaram de atividades típicas das associações operárias de resistência no Rio Grande do Sul, como o Congresso Operário de 1898 e a colaboração com a Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS).⁸

Apesar disso, não se percebe, por parte das mutuais, um caráter de enfrentamento em relação aos patrões, conclusão não só por causa da presença de industriais como sócios, mas também porque não são encontrados indícios na cidade do apoio das mesmas a manifestações grevistas e reivindicatórias em geral. Portanto, a orientação teórico-política da Liga e da União pode ser conceituada como difusa e reformista, como salientou Loner, para a maioria das lideranças operárias na Primeira República. A seguinte passagem é esclarecedora:

Muitas das lideranças associativas, tanto da capital quanto do interior, não tinham ideologia definida, talvez sendo mais fácil dizer que, de modo geral, eram reformistas, ou seja, apostavam em melhoramentos para a classe dentro do sistema econômico atual, estando distante de seu horizonte a perspectiva de uma revolução social.⁹

Essa é uma característica que pode ser ainda mais acentuada nas mutuais, já que sua origem e longevidade dependiam da manutenção do sistema de salários. Quem defendesse a beneficência mutualista como fim, não poderia propor a superação do *status quo*.¹⁰

Não obstante, o aspecto difuso das orientações teórico-políticas não parece ter sido consequência do desconhecimento de outras vertentes do movimento operário. Além da participação no Congresso de 1898 e do apoio à FORGS, o que já indicaria um conhecimento da social-democracia e do anarquismo, o jornal *O Commercio* veiculava inúmeras notícias

⁸ Para esses dados ver PETERSEN, op. cit., 2001, p. 112 e 308.

⁹ LONER, op. cit., 2007, p. 512.

¹⁰ SILVA JR., op. cit., 2004, p. 74.

sobre o movimento operário do Rio Grande do Sul e até de outros estados.¹¹

Deste modo, parece ter sido decisiva para essa orientação teórico-política das associações a presença de industriais e profissionais liberais como sócios e dirigentes das mutuais cachoeirenses. A partir dos dados disponíveis, parece que a presença dos patrões não foi desde o início da fundação das mesmas, pelo menos no caso da Liga. Seria uma hipótese a ser verificada se a União teria sido criada justamente sobre influência patronal para concorrer com a Liga, não obstante, já no início do século XX, as duas mutuais congregavam patrões e operários e não pareciam ter um relacionamento conflituoso.

Já entre os operários, encontramos tipógrafos, alfaiates, músicos, carpinteiros, entre outros, sendo que na designação de operários para muitos não constava a especificação profissional. Mesmo assim, podemos afirmar com os dados disponíveis que as profissões que predominavam eram as identificadas mais com um trabalho artesanal e do que fabril.

Característica recorrente entre as mutuais e que Liga e União não se furtaram era a ausência de mulheres. Nas notícias em relação às sociedades, raríssimas vezes elas apareceram e quando isso aconteceu pertenciam às famílias dos sócios, já que os socorros eram extensivos a elas.

Dentro da diversidade de auxílios proporcionados pelas mutuais em diferentes lugares e contextos, Liga e União prestavam aqueles mais frequentes, quais sejam: ajuda médica, farmácia, auxílio judiciário, enterros, escola, biblioteca e lazer.

Para ter acesso aos socorros, nas duas mutuais, era necessário pagar a mensalidade assiduamente, pois, antes de qualquer coisa, era preciso manter e ampliar os recursos das associações para prestar os auxílios com eficiência. Na Liga, em 1900, a jóia para integrar a sociedade custava 5\$000 e a mensalidade 1\$000.¹²

As duas mutuais prestavam auxílios semelhantes e que perduraram ao longo do tempo, inclusive compartilhando alguns auxílios, como no caso dos enterros, que demandavam não só um aporte material, mas também uma mobilização simbólica no sentido de honrar os falecidos com homenagens póstumas, já que as condições de vida do operário da época, somadas à falta de políticas do Estado na área de saúde pública, dificultavam a promoção individual ou familiar de um sepultamento digno.

O cotidiano das associações foi marcado principalmente pelas assembléias gerais de

¹¹ Além disso, foram veiculados artigos do então socialista Francisco Xavier da Costa no jornal *O Commercio*, inclusive um sobre o anarquismo (*O Commercio*, 05/09/1900, p. 1-2, Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul-MHMCS), além de que o líder operário Carlos Cavaco promoveu conferências na cidade em 1914 (*O Commercio*, 01/01/1915, p. 2, MHMCS).

¹² LIVRO DE ATAS da Sociedade Beneficente Liga Operária Internacional Cachoeirense, 06/03/1900, folha 17. Sede da Sociedade Beneficente Liga Operária Internacional Cachoeirense (SBLOIC).

eleição das diretorias, ocorridas uma vez por ano. Além desse tema, as assembleias versavam sobre possíveis reformas estatutárias, sessões solenes em datas comemorativas, como o 1º de Maio, entre outros assuntos. As convocações eram veiculadas com frequência no jornal *O Commercio* e sempre reivindicando a presença de todos os sócios e dos membros da diretoria. Estes inclusive poderiam pagar multas ou serem exonerados dos cargos caso faltassem muitas reuniões.

As diretorias eram compostas, de ambas as sociedades, por presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários, tesoureiro e diretores, estes sem número definido. Em alguns anos também foram eleitos oradores, bibliotecários e procuradores. A maioria das informações sobre sócios das mutuais referem-se justamente às diretorias e não ao quadro social como um todo. Por exemplo, dos 186 sócios que a Liga possuía em 1904, apenas 16 eram conhecidos pela diretoria. O que minimizou essa lacuna foram as listas de sócios, principalmente no caso da União Operária que, em 1912, contava com 159 sócios.¹³

No que concerne às atividades das associações, a principal delas foi mesmo as comemorações de 1º de Maio. A primeira referência da comemoração da data na cidade é de 1899, ano em que a Liga Operária, em seu livro de atas, instituiu a comemoração do referido dia, já entendida como “festividade” e, provavelmente comemorada com brindes, já que foi explicitado no documento que a copa deveria ser paga pelos sócios.¹⁴

Com relação à União, é interessante notar que em seu nome consta “1º de Maio”, demonstrando como essa data representava, já em 1900, uma referência identitária para o trabalhador cachoeirense, sendo criada uma associação com esse nome.

Em 1900, o jornal *O Commercio*, fundado no mesmo ano, já noticiava as comemorações do 1º de Maio: “não passou despercebido à digna classe operária desta cidade o tradicional 1º de Maio; eles comemoraram-no entusiasticamente com muita música, foguetes, passeata cívica, etc. etc.”.¹⁵ Note-se que a palavra “tradicional” explicita certa aceitação das comemorações pelos editores do jornal e indica a incidência de comemorações anteriores da data, como a de 1899 pode comprovar. Também é importante destacar a forma da comemoração, com música, foguetes e passeata, bem ao estilo da compreensão do 1º de Maio como “festividade”.

Nesse sentido, as comemorações do 1º de Maio em Cachoeira seguiram nos anos posteriores da Primeira República com semelhantes características, privilegiando o caráter

¹³ *O Commercio*, 01/01/1904, p. 3 (MHMCS) e LISTA de Sócios da Sociedade Beneficente União Operária 1º de Maio (AHMCS).

¹⁴ LIVRO DE ATAS da Sociedade Beneficente Liga Operária..., op. cit., 1899, folha 10 (SBLOIC).

¹⁵ *O Commercio*, 02/05/1900, p. 2 (MHMCS).

festivo da data em detrimento do caráter reivindicatório praticado em outras cidades do Rio Grande do Sul e do Brasil e em outras associações operárias, além de promover nessa data a divulgação de uma idéia de trabalho e de trabalhador associada às noções de civilização e de progresso.

Não obstante, de forma ambígua, as fontes que tivemos acesso e que pautaram as abordagens e as conclusões apresentadas até aqui não nos proporcionaram muitas conclusões sólidas sobre o caráter das relações internas nas mutuais, principalmente no que diz respeito ao convívio de patrões e trabalhadores, porém, demonstraram outros aspectos da atuação das associações que demandariam a execução de uma outra abordagem, pautada também em outras fontes.

Uma abordagem que atentasse para a relação entre patrões e operários não somente dentro das associações, mas fora delas, para tentarmos iluminar reciprocamente os dois espaços de convívio. Optou-se, nesse sentido, por estabelecer a vinculação entre as mutuais e a formação do mercado de trabalho livre em Cachoeira, concentrando-se no marco temporal da passagem do século XIX para o século XX.

No entanto, a vinculação entre associações mutualistas e a formação do mercado de trabalho livre não é novidade na historiografia, apesar dela concentrar-se majoritariamente no aspecto dos socorros dessas entidades. A maioria dos trabalhos concorda na aceção de que as sociedades de socorros mútuos desenvolveram-se ligadas ao surgimento de novas relações de trabalho que, diferente do paternalismo escravista, deixava o trabalhador livre em situação desesperadora quando da ocorrência de acidentes de trabalho, doenças várias, problemas judiciais, entre outros.¹⁶

Porém, nos parece que essa relação não foi trabalhada mais exaustivamente, o que no nosso caso torna-se essencial, já que a complexidade da permanência de patrões e operários nas mutuais não poderia ser explicada apenas com as fontes institucionais e jornalísticas, devendo incluir as vinculações entre o âmbito das organizações associativas e aquele das relações de trabalho.

Além disso, uma pesquisa recente sobre a constituição do mercado de trabalho livre no Rio Grande do Sul, de Ricardo Herrlein Jr., destacou que o mesmo configurou-se sobretudo a

¹⁶ Ver, para isso: SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Unicamp, 2004, p. 25-48; SILVA JR., Adhemar Lourenço da. op. cit., 2004, p. 27; PETERSEN, Silvia. op. cit., 2001, p. 34; FORTES, op. cit., p. 241 e MARTINS, José de Souza. O mútuo socorro no nascimento da classe trabalhadora. In: *Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Unesp, 2002, p. 183.

partir de elementos endógenos à dinâmica da formação social do estado. Afirmção que possibilita pensar como relações mais locais reforçaram ou transformaram determinados elementos de constituição desse mercado. Além disso, segundo o autor, a escassa oferta de força de trabalho ensejou por parte do patronato iniciativas “assistencialistas” e de aproximação com o trabalho da fábrica que facilitassem o recrutamento e a disciplina da mão-de-obra. Nesse sentido, como hipóteses iniciais, o caso das mutuais cachoeirenses poderiam exemplificar as duas tendências: enquanto associações que congregam operários e patrões, indicam o possível uso dos socorros, do discurso de valorização do trabalho e da relação “horizontal” com os sócios operários para viabilizar a disciplina e a oferta de mão-de-obra, tornando-se, retomando a primeira tendência, um fator endógeno na configuração do mercado de trabalho livre em Cachoeira.¹⁷

Nesse sentido, essa vinculação entre mutuais e relações de trabalho também problematizam algumas abordagens que justamente negaram essa relação. Para exemplificar, Luiz Werneck Vianna na sua periodização sobre a história do movimento sindical afirmou que: “[...] até 1889, em que a ação operária e a sindical, embora livres, não reúnem condições para interferir na fixação da regulamentação de trabalho, limitando-se a atividades mutualistas; o mercado de trabalho não-escravo se rege por suas funções ‘naturais’”¹⁸. Nesse caso, compreende-se o período de atuação de mutuais como um estágio embrionário da organização operária, inclusive restringindo sua atuação até 1889, e negando sua interferência no mercado de trabalho não-escravo.

Mesmo abordagens que superam a visão do mutualismo como “pré-história” do movimento operário, como a de Tânia Regina de Luca que, apesar de indicar “as vinculações existentes entre o crescimento das sociedades de ajuda-mútua e a afirmação de relações capitalistas de produção”¹⁹, afirma que:

Estes [os sindicatos] se referem diretamente à relação entre capital e trabalho, entre operários e capitalistas, enquanto as primeiras [associações de socorro mútuo] se dirigiam exatamente aos que saíam da produção, ao âmbito da *reprodução* da força de trabalho. O seu objetivo era remediar a situação dos trabalhadores inaptos para o processo produtivo, sem maiores preocupações em relação à estrutura social vigente [grifo da autora]²⁰

¹⁷ HERRLEIN JR., Ronaldo. Mercado de trabalho urbano-industrial no Rio Grande do Sul. In: HEINZ, Flávio; Idem (org.). *Histórias Regionais do Cone Sul*. Santa Cruz (RS): EDUNISC, 2003, p. 235-268.

¹⁸ VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 37-8.

¹⁹ LUCA, op. cit., p. 23.

²⁰ Ibid, p. 10.

No entanto, não é nosso objetivo criticar essas interpretações baseadas num estudo local de associações operárias, mas esboçar as possíveis características da vinculação das mutuais cachoeirenses com a formação do mercado de trabalho livre, indicando elementos que possam servir de análise para outros contextos, complexificando assim os estudos sobre as sociedades de socorros mútuos e sua atuação na história sul-rio-grandense e brasileira.

Como já explicitado, para a consecução da abordagem pretendida não só um debate com a historiografia é necessário, mas a incorporação de outras fontes, além daquelas institucionais que pautaram as duas primeiras abordagens. Apesar do trabalho nesse sentido ainda ser incipiente nessa pesquisa, entre as fontes possíveis podemos destacar os livros de registro de contratos de trabalho e a legislação municipal sobre as relações de trabalho pós-abolição que, apoiadas numa leitura cruzada com as fontes que auxiliaram nas outras duas abordagens, à luz dessa problemática da vinculação entre mutuais e formação do mercado de trabalho livre, podem proporcionar uma interpretação mais complexa da atuação das mutuais na sociedade cachoeirense.

Nesse sentido, a promoção pelas associações de uma idéia de trabalho e de trabalhador condizente com as novas relações de trabalho, os usos dos socorros para amenizar o embate entre patrões e operários e a relação entre estes dentro das mutuais podem indicar uma estratégia de consolidação do mercado de trabalho livre em Cachoeira fora dos marcos da luta de classe, diferente do que aconteceu em outras cidades do estado e do país, onde as ligas de resistência e os sindicatos mobilizaram diversas greves e confrontos com o patronato.²¹

Nesse sentido, nossas preocupações estão afinadas com a afirmação de Adhemar Lourenço da Silva Jr. quando destacou que: “[...] em nível local, o mutualismo pode assumir grande importância sem que os historiadores tenham se detido com mais vagar em seu estudo, seja abordando como grupo de interesse, de previdência ou mesmo grupo político”.²² É nessa perspectiva de estabelecer a importância local das mutuais que nossa pesquisa e as três abordagens formuladas procuram complexificar e detalhar a atuação daquelas, principalmente na passagem entre os séculos XIX e XX.

Referências Bibliográficas

²¹ É importante salientar aqui que essa interpretação preliminar refere-se exclusivamente às ações da Liga e da União, já que aconteceram pelo menos duas greves de alfaiates e de costureiras em Cachoeira, em 1911 e 1918, mas que, nos indícios encontrados sobre a última, não aparece a possibilidade de apoio das mutuais à parede.

²² SILVA JR., op. cit., 2003, p. 428.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Unicamp, 2004.

BILHÃO, Isabel. *Identidade e trabalho: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896-1920)*. Tese de doutorado. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2005.

BITTENCOURT, Icaro. *O Mutualismo Operário em Cachoeira (1897-1923): o caso das Sociedades Benéficas Liga Operária Internacional Cachoeirense e União Operária 1º de Maio*. Trabalho de Conclusão de Curso. Santa Maria: UFSM, 2008.

FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul: Ed da UCS, Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

HERRLEIN JR., Ronaldo. Mercado de trabalho urbano-industrial no Rio Grande do Sul. In: HEINZ, Flávio; Idem (org.). *Histórias Regionais do Cone Sul*. Santa Cruz (RS): EDUNISC, 2003, p. 235-268.

LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Ed. da UFPEL, São Paulo: Unitrabalho, 2001.

------. O movimento operário. In: HEINZ, Flávio; AXT, Gunter (coord.). *História Geral do Rio Grande do Sul*. República Velha (1889-1930). V. 3. Tomo I. Passo Fundo: Méritos, 2007.

LUCA, Tânia Regina de. *O Sonho do Futuro Assegurado: o mutualismo em São Paulo*. São Paulo: Contexto, 1990.

MARTINS, José de Souza. *Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Unesp, 2002.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *“Que a União Operária seja nossa pátria!”: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*. Porto Alegre: UFRGS, Santa Maria: UFSM, 2001.

SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Unicamp, 2004, p. 25-48.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca/FUMPROARTE, 2004.

SILVA JR., Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (Estudo centrado no Rio Grande do Sul - Brasil, 1854-1940)*. Tese de doutorado. Porto Alegre: FFCH-PUCRS, 2004.

------. Estado e Mutualismo no Rio Grande do Sul (1854-1940). In: HEINZ, Flávio; HERRLEIN JR., Ronaldo (orgs.). *Histórias Regionais do Cone Sul*. Santa Cruz (RS): EDUNISC, 2003, p. 407-434.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

